

TRE
PARANÁ

CONTRATO Nº/20....

PAD 10.043/2022

ANEXO XI – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS, SERVIÇOS CORRELATOS DE INSTALAÇÃO E PRESTAÇÃO DE GARANTIA QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ E A EMPRESA

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 10.520/02, pela Lei Complementar nº 123/06, pelos Decretos nº 10.024/19 e nº 8.538/15, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666, de 21.06.93 e em conformidade com edital de licitação do Pregão Eletrônico – Registro de Preços nº/20...., regularmente autorizada pelo ordenador da despesa, PAD nº 10.043/2022, e a proposta de preços, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por seu Diretor Geral, Dr. Valcir Mombach, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº, com sede em Cidade/ESTADO, na Rua, nº, complemento, bairro....., CEP, Telefones: (....), e-mail:@....., neste ato representada pelo(a) Sr.(a.), CPF ***.....-**, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e acertado, mediante as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO (Adequar o Setor/Seção, conforme solicitação)

1.1 - Contratação de empresa especializada no fornecimento, instalação, certificação e documentação de cabeamento estruturado, para atender as necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no Edital de Licitação, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

1.3 - De acordo com o art. 55, II, da Lei nº 8.666/93, o objeto deste contrato será realizado por fornecimento integral.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DO OBJETO, DA GARANTIA E RECEBIMENTO

2.1 – O fornecimento e demais condições deverão ser realizados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência - Anexo I.

2.2 - A garantia dos serviços se dará conforme o **item 3** do Termo de Referência - Anexo I.

2.3 - O Recebimento dos serviços ocorrerá conforme o **item 4.6** do Termo de Referência - Anexo I.

2.4 - Local de Entrega ou execução dos serviços: os serviços deverão ser prestados nos prédios do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná da capital e Região Metropolitana, de acordo com quadro abaixo: **(Adequar, conforme solicitação)**

Nº ZE / Unidade	Cidade	Endereço (Logradouro – Bairro – CEP)
TRE	Curitiba	Rua João Parolin, 224 - Prado Velho - 80220902
01	Curitiba	Rua João Parolin, 55 - Prado Velho
8	São José dos Pinhais	Rua Angelo Zen, 53 - Centro - 83005620
9	Campo Largo	Avenida Francisco Xavier de Almeida Garret, 1345 - Centro - 83601230
49	Colombo	Rua Francisco Camargo, 759 - Centro - 83414010
50	Araucária	Rua Francisco Dranka, 1079 - Porto das Laranjeiras - 83703115
144	Fazenda Rio Grande	Rua Itália, 319 - Nacções - 83823020
171	Almirante Tamandare	Rua Lourenço Ângelo Buzato, 752 - Vila Santa Terezinha - 83501080
188	Pinhais	Rua África, 254 - Centro - 83323320
48	Bocaiúva do Sul	Rua Luiz Carlos Guimarães Polli, 21 - Jardim Santa Helena – 83450000
155	Piraquara	Avenida Getulio Vargas, 1360 - Centro - 83301010
156	Rio Branco do Sul	Rua Borges de Medeiros, S/N - Vila Velha - 83540000
195	Campina Grande do Sul	Rua Ver. Dr. Pedro de Bortoli, 260 - Centro - 83430000

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

3.1- As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estão discriminadas no Termo de Referência - Anexo I.

3.2 - A documentação abaixo foi apresentada pela empresa contratada e aceita pelo gestor da contratação, passando a fazer parte integrante deste instrumento contratual:

a) Indicação dos engenheiros integrantes da equipe técnica de nível superior (Anexo IV), dentre os quais consta o responsável técnico informado no item 9.3.d do edital.

b) Indicação dos profissionais técnicos que serão alocados para a execução da obra, comprovando sua capacitação técnica para a execução do serviço especificado e que também deverão ser do quadro permanente da empresa atuando nesta especificidade técnica, conforme modelo do Anexo V.

c) Declaração do profissional técnico de nível superior, tomando ciência das condições constantes na especificação técnica dos serviços conforme modelo do Anexo VII.

d) Documentação Técnica Obrigatória constante no Anexo III.

3.3 - A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUARTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA (Adequar de acordo com o(s) item(ns) solicitado(s))

4.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta de:

Programa de Trabalho Resumido:
Elemento(s) de despesa:
Nota(s) de Empenho, emitida (s) em
Categoria econômica:
Código SIASG:

CLAUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA (Adequar, conforme solicitação)

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de(.....) meses, a contar da data de assinatura, podendo ser rescindido antecipadamente, nos termos da Lei nº 8666/93.

5.2 - No prazo de vigência não está computado o prazo de Garantia técnica que deverá ser cumprida nos prazos e condições estabelecidos no Edital, no Termo de Referência - Anexo I e no contrato, independentemente do prazo de vigência contratual.

5.3 - Os preços não serão reajustáveis, tendo em vista tratar-se de fornecimento e de prazo de vigência do contrato referir-se ao período de abrangência dos prazos de entrega, recebimento e garantia contratual.

CLÁUSULA SEXTA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO (Adequar, conforme solicitação)

6.1 - O valor total a ser pago à CONTRATADA, pelo cumprimento do objeto deste contrato, será de R\$ (.....), conforme a seguir discriminado:

(Adequar os quadros, conforme solicitação)

Lote	Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	1	Projeto Executivo			
	2	Ponto de rede de dados cat.6 Tipo I conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória no anexo III			
	3	Ponto de Consolidação cat.6 conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória do anexo III			
	4	Enlace para Cross Connect cat.6A F/UTP conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória anexo III			
	5	Infraestrutura para ponto de rede Tipo I conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória do anexo III			
	6	Infraestrutura para ponto de consolidação conforme descrição técnica em anexo II e documentação obrigatória do anexo III			
	7	Infraestrutura para link óptico conforme descrição técnica em anexo II e documentação obrigatória do anexo III			
	8	Ponto de concentração de cabeamento – Tipo I conforme descrição técnica no anexo II			
	9	Ponto de concentração de cabeamento – Tipo II conforme descrição técnica no anexo II			
	10	Link óptico em cabo com 6 fibras monomodo conforme descrição técnica no anexo II e			

	documentação obrigatória anexo III			
11	Ponto de rede de dados cat.6 Tipo II conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória no anexo III			
12	Patch Panel descarregado conforme descrição técnica no anexo II			
13	Infraestrutura para ponto de rede Tipo II conforme descrição técnica no anexo II e documentação obrigatória do anexo III			
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:				R\$.....

Lote	Item	Descrição	Qtde	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
2	14	Projeto Executivo			
	15	Serviço de instalação de Concentrador Óptico			
	16	Serviço de instalação de Modem óptico GPON – ONT			
	17	Serviço de instalação de splitter óptico modular 1U 19"			
	18	Serviço de instalação de guia de cabos horizontal fechado 1U plástico			
	19	Serviço de instalação de cordão óptico monofibra			
	20	Serviço de instalação de painel de conexão modular padrão 19"			
	21	Serviço de instalação de cassete pré conectorizado 12f sm sc-apc			
	22	Serviço de instalação de cabo troncal pré-conectorizado mpo 12f sm			
	23	Serviço de instalação de ponto de conexão óptico – 12 fibras			
	24	Serviço de instalação de cordão óptico			
	25	Serviço de instalação de cordão óptico robusto de terminação			
	26	Serviço de instalação de distribuidor óptico interno I			
	27	Serviço de instalação de pigtail óptico monofibra sm 9/125µm			
	28	Serviço de instalação de cabo óptico interno 12f			
	29	Serviço de instalação de cabo óptico interno/externo			
	30	Serviço de instalação de caixa de emenda interna de parede 12 fibras			
	31	Serviço de instalação de cabo de fibra óptica interno compacto metálico de atrito reduzido 01f			
	32	Serviço de instalação de conector óptico de campo			
	33	Serviço de instalação de tomada de parede (sobrepôr)			
	34	Serviço de instalação de patch cord - categoria 6 u/utp lszh			
	35	Serviço de instalação de cabo cat.6 u/utp lszh			

36	Serviço de instalação de conector rj-45 fêmea - categoria 6			
37	Serviço de instalação de infraestrutura para ponto de rede gpon tipo 1			
38	Serviço de instalação de infraestrutura para ponto de rede gpon tipo 2			
39	Serviço de instalação de caixa vdi interna			
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:				R\$.....

6.1.1 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

6.2 - Do documento fiscal:

6.2.1 - O documento fiscal deverá atender os requisitos abaixo, podendo ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao gestor do contrato do TRE/PR por e-mail (redes@tre-pr.jus.br), em formato PDF ou emitido na forma física devendo ser encaminhado a Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, 1º andar, Curitiba/Paraná. Contato pelos telefones (41) 3330-8628 ou (41) 3330-8629, no período vespertino.

6.2.2 - O CNPJ da empresa habilitada na licitação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos.

6.2.2.1 - Caso a CONTRATADA não possa emitir as notas fiscais/faturas com o mesmo CNPJ habilitado na licitação, poderá fazê-lo por meio da eventual matriz ou filial da mesma empresa. Nesse caso, ambos os CNPJs (licitante vencedora e eventual matriz ou filial utilizada) deverão estar com a documentação fiscal regular.

6.2.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- c) Data de emissão da nota fiscal;
- d) Descritivo dos valores unitários e totais;
- e) Número do contrato e,
- f) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria CONTRATADA).

6.3 – Das condições do pagamento

6.3.1. - O pagamento somente ocorrerá depois de atestado pelo gestor do contrato designado para esta finalidade, à conformidade dos serviços prestados. O atestado será realizado, obedecendo o prazo e formulário específico, conforme dispositivos legais deste TRE/PR.

6.3.2 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da CONTRATADA no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

6.3.2.1 - Prazo para atestado da Nota fiscal: até 05 (cinco) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelo gestor, a qual deverá ser enviada pela empresa somente após cumpridas todas as exigências contratuais.

6.3.2.1.1 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

6.3.2.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 20 (vinte) dias corridos após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

6.3.2.2.1 - Se o valor da nota fiscal for de até R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais), o prazo para pagamento será de 05 (cinco) dias corridos após o atestado realizado pelo fiscal da contratação, conforme o disposto no art. 5º, § 3º da Lei nº 8.666/93

6.3.3 - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3.4 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 6.2.2.1.

6.3.4.1 - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

6.3.5 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste edital e/ou anexo(s).

6.3.6 - DA CORREÇÃO MONETÁRIA: na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

6.4. - Da regularidade fiscal:

6.4.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

6.4.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

6.4.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

6.4.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

6.4.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

7.1 - Nos termos da Lei nº 8666/93, art. 67, parágrafos 1.º e 2.º, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência Anexo I, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1 - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas do presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, com aplicação das seguintes sanções, de acordo com o capítulo IV da Lei nº 8.666/93 e art. 7º da Lei nº 10.520/2002:

a) Advertência para faltas de natureza leve, assim definidas aquelas que não acarretem prejuízos ao Contratante, mas somente transtornos administrativos ou atrasos a procedimentos de gestão.

b) Multas (que serão aplicadas tendo como base de cálculo o “valor do item empenhado e inadimplido”):

b.1) Multa de 0,5% (meio por cento) ao dia pelo atraso na entrega dos materiais ou na execução dos serviços, limitado a 30 (trinta) dias.

b.1.1) A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, somente poderão ser recebidos os materiais ou executados os serviços com a anuência motivada do gestor, sem prejuízo da aplicação de multa de 15% (quinze por cento).

b.2) Multa de 5% (cinco por cento):

1. pelo descumprimento às obrigações inerentes à sustentabilidade ou pela falta das declarações ou outros documentos exigidos no contrato ou pela gestão contratual;

2. pelo descumprimento às obrigações relativas à entrega de produtos originais, em perfeito estado, com todas as informações pertinentes e embalagens lacradas, e da marca descrita, quando esta for determinada;

3. pelo descumprimento reiterado às normas internas de identificação dos funcionários e horários definidos para execução dos serviços, de zelo pelo patrimônio público, sendo exigível, neste caso, reparação ou ressarcimento a eventuais danos causados;

4. pela falta de emissão/entrega da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do CREA/PR ao gestor do contrato, no prazo avençado, podendo ser agravada a penalidade caso o documento não seja emitido.

c) Multas (que serão aplicadas tendo como base de cálculo o valor total do contrato):

c.1) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato pela inadimplência reiterada das obrigações pactuadas, bem como pelo descumprimento na prestação da garantia pelo prazo previsto em contrato.

c.2) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de entrega material ou execução do serviço em desacordo com o contratado, sem a devida substituição/refazimento do serviço;

c.3) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato pelo inadimplemento total, caracterizado pela não entrega dos materiais e/ou execução dos serviços até o prazo final estabelecido pelo gestor.

c.4) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor contratual, pela não observância das normas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei nº 13.709/2018, conforme item 3.1.

d) Será aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, conforme previsto no art.7º da Lei nº 10.520/2002, bem como o descredenciamento do SICAF, ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, conforme a gravidade do inadimplemento da obrigação quando a empresa, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar a documentação exigida, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

8.2 - As multas estabelecidas poderão ser cumuladas com as sanções previstas na alínea “d”.

8.3 - As multas imputadas à Contratada cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda¹ e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

8.4 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores - SICAF.

8.5 - No caso de aplicação de multa determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa à CONTRATADA, esta deverá recolher à União o valor imputado por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União).

8.6 - A CONTRATADA autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

CLÁUSULA NONA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

9.1 - Ficará o presente contrato rescindido, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a defesa, nos casos elencados nos art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS CASOS OMISSOS

10.1 - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/93 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/99, no Código de Defesa do Consumidor e demais normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

11.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital², para um só efeito legal.

Curitiba, de de 202....

.....
Representante Legal
p/Contratada

Dr. Valcir Mombach
Diretor Geral -TRE/PR
p/Contratante

***Observação** para o momento da formalização: verificar cláusula 10 do Edital e item 3.2 desta minuta: documentos a serem entregues pela contratada.*

¹ Artigo 1.º, inciso I da Portaria n.º 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012.

² Excepcionalmente poderá ser aceito outro formato.